

► **Literatura Comparada e a poética das relações: uma introdução ao conceito de decolonizzazione, em Armando Gnisci.**

Profa. M. A. Maria Aparecida Rodrigues Fontes

Doutoranda em Literatura Comparada UFRJ

Em 1922, Enrico Corradini declarava ao jornal *Settimanale Nazionalista* que a ideologia imperialista estava na origem não apenas das ações políticas, econômica e culturais italianas, mas fazia parte da dicção que articulava todos os países europeus em torno de um único sonho, um só destino, o do imperialismo: "Io già nel 1908 dicevo e scrivevo "Tra vent'anni tutta l'Italia sarà "imperialista". Già oggi è. E così l'Italia che conta, non quella della casta politica e del vecchio regime, ma quella generazioni foggiate dalla guerra vittoriosa. (...) Noi ci compiaciamo di scoprire in tutta la nostra storia che l'impero è il nostro destino" (Corradini, 1922).

Destino, eis a palavra que descreve o enredo trágico das ações humanas. Em 3 de agosto de 1999, uma carta, escrita por duas meninas, Yaguine, de 15 anos, e Toukara Fodé, de 16 anos, foi encontrada, relata Armando Gnisci, junto aos seus corpos no trem de aterrissagem do avião no aeroporto de Bruxelas. Na carta, as adolescentes solicitavam aos membros da comunidade europeia e responsáveis pela Europa ajuda para acabar com a guerra, a fome e as injustiças na África:

Senhores, membros europeus e responsáveis pela Europa, temos a honra, o prazer e a confiança de escrever-vos esta carta para vos falar do papel dessa nossa viagem e do sofrimento de nossas crianças e jovens africanos. Vós sois para nós aqueles a quem podemos pedir socorro. (...) Senhores responsáveis pela Europa, é pela vossa solidariedade e gentileza que vos pedimos socorro para a nossa África. Ajudai-nos, pois estamos sofrendo terrivelmente, temos muitos problemas, inclusive aqueles relativos aos nossos direitos. Temos guerra, doenças, falta de alimento etc. Quanto aos direitos das crianças, existem sim muitas escolas, mas destruídas e sem ensino. Para frequentar as escolas privadas, onde há um bom ensino, é necessário muito dinheiro e os nossos pais, que são muito pobres, devem pensar apenas em nos nutrir. (...) Por isso, nós, jovens e crianças da África, vos pedimos que crieis uma organização para África que nos permita progredir. (...) Perdoai-nos por ter ousado vos escrever esta carta, pois sois grandes personagens as quais devemos muito respeito. E não esqueçais de que é com vós que devemos nos lamentar de nossas fraquezas (Gnisci, 2002:28-9).

Entre as declarações de Corradini e carta das meninas, que suplicavam aos líderes europeus uma atitude mais eficaz para acabar com a penúria em que se encontram os países colonizados, passaram-se 77 anos. O destino a que se referia Corradini, havia se cumprido. A carta das adolescentes era menos um apelo e um pedido que um meio de responsabilizar a Europa pela empresa colonial, tanto na África como na América e em outros continentes, e convidar os líderes europeus a responderem por suas ações que destruíram e dizimaram inúmeras culturas.

Em *Via della Decolonizzazione europea*, Armando Gnisci, tomando como exemplo o relato das adolescentes, e o contexto a partir do qual ele foi gerado, retoma o conceito de descolonização, já exposto em *Uma storia diversa*, e o contrapõe ao de "pós-colonização". Depois, procura demonstrar a aplicação de uma poética e política de descolonização (e implicação) à Literatura Comparada, observando que, para além do relato, que constitui matéria de reflexão, existe o contraponto da história, ou seja, a sua forma de recepção que reclama uma resposta precisa às políticas de colonização. E essa resposta deverá constituir-se em um ato de responsabilidade, isto é, o primeiro movimento em direção a uma política de relações.

A primeira etapa dessa política seria aprender a ser responsável pelas ações cometidas no passado, pela sua própria história e pela história dos Outros. O segundo passo seria exorcizar o colono intelectual

que há dentro de nós, e construir uma via de descolonização que não seja uma teoria, mas uma poética. Ser responsável significa reconhecer-se enquanto "eurodominanti", razza colona e imperiale, dalla stirpe augustea alla missione paolina apostolica-romana, fino al colonialismo ottonovecentesco: buffo e gassoso, perdente e staracico (...) crispino-mussoliniano e all'attuale militanza nei magnifici G8" (Gnisci, 2002). Ser responsável, em outras palavras, significa mover-se por rede responsória das Relações, aprendendo a "navegar" para participar do "colóquio" planetário em companhia daqueles que nós europeus colonizamos. Nesse sentido, a decolonizzazione européia é um trabalho crítico, evolutivo e pedagógico para os quais não existem mapas, manuais, escolas e mestres (ibid., 2002).

Uma outra etapa dessa via de decolonizzazione, adverte Armando Gnisci, é pôr no centro das questões educativas e civis dos europeus a consciência crítica de seu passado, promovendo uma revisão da história colonial européia e de como essa história, que revela nossa identidade, vem sendo ministrada aos jovens e às futuras gerações, já que a Europa (especificamente a Itália) removeu de suas atividades civis e pedagógicas o século colonial (1869-1960). Isso permite não apenas uma revisão do conceito de identidade, mas também propicia a criação de uma consciência crítica e responsável, desvinculada da idéia de universalização.

Como poética e prática educativa, o processo de decolonizzazione deve estabelecer um diálogo entre culturas que somente se faz audível através das práticas artísticas, poéticas e literárias. Isto porque a literatura é "dialogo con autori - i testi sono fonti di esperienza e di cambiamento, formazione, educazione, Paideia, Bildung... la letteratura è produzione di realtà" (Ibid., 2002), constituindo a via de diálogo mais intenso entre as culturas, pois permite estabelecer uma poética e uma política de relações, a partir de uma location, isto é, do lugar de onde se fala, de seu enunciado; mas, para além desse enunciado, é necessário, ainda, uma resposta, ou seja, um outro enunciado que dia-logue com o primeiro, e sucessivamente. Nesse caso, a prática literária cooperativista viria a ser o meio pelo qual se poderia perscrutar as relações culturais, conservando o locus de enunciação dos sujeitos e das comunidades em questão. Esses procedimentos desarticulam e anulam o conceito de cultura atávica e universal, de fundamento e tradição, e do mito da literatura européia.

Sabe-se que o conceito de literatura européia, como universal, teve a sua origem na idéia de República literária, um emblema de uso comum entre os intelectuais que forneceram as primeiras representações da literatura como realidade sociológica coletiva. Sabe-se, entretanto, que a idéia de república literária, ou república das letras, também foi de uso comum entre os literatos do século XV até chegar a ser conhecida entre os literatos europeus do século XVII, que contribuiriam para o crescimento do saber humanista e científico, como uma espécie de cidade ideal sem ligação com nenhum lugar específico, com suas próprias leis e cuja sacralidade e sentido de utopia advinham, no sentido laico, da imagem da Civitas Dei e do ideal de república platônica. Entre o século XVII e o século XVIII, ocorreu uma mudança no "corpo ideal" da república literária, baseada na idéia de que existiam valores essenciais que eram expressos pela civilização européia os quais se manifestavam em determinadas épocas correspondentes ao Império, ao surgimento da cristandade católica e ao estado nacional. O aspecto erudito e cultural da república literária era claramente dominante, onde se fazia sentir o espírito da verdade e da razão. O saber e sua verdade filológica e textual a constituíam e eram seu princípio inspirador e a sua consistência. Isso lhe conferia o estatuto universal, ou seja, a soma de obras destinadas a promover a circulação interna do saber, tais como as enciclopédias, as bibliotecas, os dicionários, a história da literatura universal. E tudo servia para formar um consenso espiritual entre os povos.

Pode-se inferir algumas fases pelas quais passou a história comparada da literatura, concentradas entre meados do século XVIII e a primeira metade do século XX. A fase inicial culmina com um modelo universalista de matriz enciclopedista e erudita; já com o Romantismo, delineia-se uma atitude fortemente marcada pelo ponto de vista nacionalista e ideológico; observam-se, posteriormente, dois períodos diversos, mas correlatos: um momento marcado pelo estudo da síntese histórico-literário; e outro que foi determinado pelo estudo de fontes e de influências. No século XX, verifica-se um renascimento, de modo canônico, de estudos comparados da literatura européia com acento universalista. Todas essas abordagens, entretanto, evidenciavam uma perspectiva eurocêntrica. Mas, nos meados do século XX, com a crise da história da literatura, no sentido de superar a interpretação direta das relações entre literatura e realidade sócio-econômica, muitos estudiosos foram levados a

buscar um renovamento. Várias teorias, tais como a sociológica, a teoria da recepção, a teoria da comunicação literária, retomam a questão sobre o modo cujas normas e códigos de produção da literatura, difusão, recepção e consagração dos textos literários se constituem em cada época. Desloca-se o centro da gravidade da história literária, retirando-o do texto e passando-o ao leitor. Esse deslocamento de ponto de vista dependeria também de uma mudança paradigmática, ou seja, do abandono das "interpretações corretas" de um texto para, em troca, reconstituírem as condições sócio-históricas da recepção que mediam as diversas formações de sentido. Noutras palavras, o que importava, então, era a compreensão das condições de formação diferentes de sentido, realizadas sobre um dado texto, pelos leitores que participam de um horizonte de expectativas, ou seja, posições recepcionais mediadas por condições históricas distintas. E isso promoveu também uma revisão do modelo eurocêntrico.

A introdução de novas perspectivas sobre o cânone pelos estudos pós-coloniais redimensionou os valores "objetivos" da história literária, cuja descrição atendia à um sistema literário nacional ou plurinacional. Algumas contribuições de estudiosos da crítica histórica, promovidas pelos Estudos Culturais, foram dedicadas ao conceito de nação e de tradição nacional interpretados como uma invenção intencional de um mito e como construção ideológico-política, ou seja, a produção da nação como uma narração, evidenciando seu caráter de escritura.. Tratou-se, na verdade, de verificar como o poder colonial deu vida a um sistema de representação e às formações discursivas que justificaram a política imperialista e ainda contribuíram para a manutenção do seu domínio e para a formação de um consenso. Isto é, o colonialismo seria uma formação discursiva e como discurso interpelaria os sujeitos coloniais incorporando-os a um sistema de representação.

Com o os estudos pós-coloniais tratou-se, portanto, de evidenciar o caráter imaginativo, ficcional e poético da construção nacional que deslocou o conceito de realismo da história literária, ou seja, concernente à sua função descritiva, representativa e explicativa da continuidade da tradição. Diz-se com isso que se passou da crise do historicismo dos anos cinquenta, a uma recuperação, através de diversas chaves de estudo, da história literária. O princípio que guia as novas tendências de história literária é o que se entende por "ponto de vista", cujo objetivo é mostrar como a histórica literária, que não pode ser pensada apenas como uma obra de operação de conhecimento ou tratada como um problema epistemológico, mas deve ser compreendida como um discurso orientado para a construção de uma identidade coletiva, cuja ideologia é e pode ser explicitada.

A história da literatura, vista por esse ângulo, vem sendo reconduzida sob um viés ideológico e com objetivo de fundar uma consciência de literatura, ou de cultura, que nasce do processo de colonização e descolonização. Entretanto, estamos diante a algumas questões paradoxais, pois, ao mesmo tempo em que se determina o poder do texto e vemos o poder como texto, por outro o "colonialismo" pode ser reduzido a uma esfera independente da economia e da história, repetindo o isolamento do texto de seu contexto, ou seja, no qual foi produzido. Além disso, o termo Pós-colonial ressent-se das ambigüidades implícitas em seu bojo metodológico, ou seja, de querer acumular experiências variadas e complexas. Para Gnisci o "pós" não pode significar "após a colonização" como se essa já tivesse terminado, no sentido de "posteridade". Segundo o comparatista a colonização não passou, perdura e cresce através da globalização neoliberalista que controla e determina a existência individual, as massas e o imaginário. Ania Loomba também concorda que a descolonização está ainda acontecendo, e que o termo pós-colonial é inadequado para descrever as realidades nas ex-colônias e muito vago para indicar um período específico da história, e isso pode ofuscar as diferenças sociais e raciais que existem dentro de muitas sociedades (Loomba, 2000:24). Loomba acrescenta que a nova ordem global não depende do domínio direto: um país pode ser pós-colonial porque é formalmente independente, mas ao mesmo tempo neocolonial porque depende economicamente ou culturalmente de outro. Por isso, o único elemento que talvez pudesse distinguir esse tipo de análise crítica seria ainda a noção de location (posicionamento), isto é, o lugar do qual se fala, se transmite a experiência, a história, etc. A análise do discurso requer também a análise da condições sociais e históricas das quais vêm geradas as representações.

Armando Gnisci em *La letteratura Italiana della Migrazione* propõe uma história diversa, através de uma breve sistematização da cultura literária de imigrantes, na Itália, analisando os discursos que emergem dos cruzamentos culturais. Nas palavras do autor, essas palavras nos levam a refletir sobre o fato de

que a sociedade multicultural e/ou intercultural na Europa e na Itália não foi constituída apenas por "nós mesmos" [europeus] com os nossos livros, a nossa vontade e/ou com as nossas leis. Tratou-se, e é agora que entendemos isso com clareza, de uma criação em conjunto, de todos os seus imigrantes. E isso nos leva ao segundo ponto que é pensar a literatura de migração como uma "zona" da literatura contemporânea (Gnisci, 1998:71). Um modelo de literatura italiana que não seja constituído pelo cânone imposto por várias e diversas "histórias literárias" ou "acadêmicas", mas diferentemente daqueles critérios estéticos e historiográficos unificados por "caracteres nacionais" ou do genio italiano, uma maneira de romper com o monólito da história literária italiana, reivindicando uma visão de sua pluralidade geográfica, e criando um modelo transnacional.

A proposta de A. Gnisci e a sua *Storia diversa* é uma espécie de autocrítica radical da pulsão imperialista que é constitutiva da civilização ocidental, e a colonização é uma parte desse movimento que caracteriza o povo europeu. Por isso, o autor defende a idéia de "descolonização", como tarefa de releitura do passado, concernentes a todos os intelectuais, e sobretudo aos próprios europeus que devem descolonizar-se para melhor pensar o passado e o futuro. É a partir dessa longa e intrincada mudança, adverte o comparatista, que se deve oportunamente construir um discurso europeu de educação intercultural, ou seja, descolonizar-se: "che rivolta il verso e il senso della nostra storia invasiva e traumatica della evoluzione dei mondi, per prepararci giustamente agli esami di idoneità alla decolonizzazione" (2001:76).

Para alguns autores os estudos pós-coloniais não corresponderiam mais aos objetos cuja aproximação crítica se volta. Isto quer dizer que a fase pós-colonial, ligada às reações das culturas colonizadas, já teria terminado. Teríamos hoje um movimento diverso, ou seja, caracterizado por um processo mundial de criouliização, a que se refere, por exemplo, Édouard Glissant, em *Poética do diverso* (1998), uma espécie de memória híbrida. Armando Gnisci toma emprestado esse conceito de Glissant e observa que esta fase, embora ainda diversa para muitos países, em função de suas dependências econômicas e culturais, é caracterizada por uma escritura de autores migrantes e metropolitanos. Nesse caso o mundo deixaria ser dividido entre colonizadores e colonizados, mas entre ambos os grupos existiria uma variedade de vozes que reclamaria uma reformulação identitária. A tese de Glissant, com a qual Armando Gnisci também concorda, é a de que o mundo se criouliiza (ou caminha para isso), no sentido de que as culturas não resistiriam às contínuas trocas e as recíprocas influências. Assim a cultura crioula, tal qual a hibridação, se apresentaria como um valor positivo, revelando um novo modelo de identidade alternativo às certezas monolíticas da identidade europeia, e não se limitaria aos países que foram objetos de colonização.

As reflexões acerca da história literária que nascem dos estudos pós-coloniais trouxeram à superfície alguns conceitos que mudaram o modo de compreensão da própria literatura, hoje relida a partir de um ponto de vista intercultural e não mais eurocêntrico. Uma das tarefas da crítica advinda do pós-colonialismo foi, com efeito, a de desmascarar as estruturas retóricas que permitiram ao romance europeu apoiar o Ocidente em suas conquistas e dominação do mundo. A literatura, sobretudo os romances, constituíram-se em meios de propaganda para os projetos expansionistas comerciais, militares e políticos, legitimando o domínio europeu sobre o resto do mundo. Isto porque o processo de colonização requeria um forte aparato ideológico pois, para além das guerras de expansão dos territórios e das invasões, era necessário, para o seu sucesso e finalização, que toda a nação se transformasse em cúmplice, através de campanhas publicitárias, de seu próprio atraso, se convencendo, portanto, da missão civilizadora destinada aos colonizadores, como se fosse um destino. E é aqui retomamos as palavras de Enrico Corradini, com as quais iniciamos esse nosso colóquio: "Noi ci compiaciamo di scoprire in tutta la nostra storia che l'impero è il nostro destino"(1922). A modernidade é a época, conclui Gnisci, da mundialização imperial da civilização europeia. E essa já dura cinco séculos e somente terminará quando nos dermos conta de que somos responsáveis pelas nossas ações. Isto nos fará responsáveis e prontos a responder "agli altri della propria storia in quanto vicenda invasiva al danno irreparabile delle loro forme civili della specie umana". Ao assumir a posição de destinatário do relato das adolescentes, e co-responsável pela história europeia, a reflexão empreendida por Armando Gnisci lhe possibilitou conferir uma resposta à carta de Koïta Yanguine e Tounkara Fodé, e estabelecer uma política e poética de "relações", a partir da "educazione dell'ascolto dei mondi".

Referência Bibliográfica

ANDERSON, B. 1991. *Imagined Communities: Reflections on the origins and spread of nationalism*. London, Verso.

BHABHA, Homi k 1998. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila et alli. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

BHABHA, Homi k. 1997. "Narrando a nação". In: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro, UERJ/I.L.

CORRADINI, Enrico. 1922. "L'idea imperiale", *Settimanale nazionalista*, 4 novembre. In: MELOGRANI, Piero. *Corriere della Sera (1919-1943)*. [Bologna], Cappelli (Rocca San Casciano F. Cappelli), 1965, pp. 33-34, vol. 1. *Il periodo fascista: Stampa e opinione pubblica*.

GNISCI, Armando. 1998. *La letteratura Italiana della Migrazione*. Roma, Lilith Edizioni.

_____. 2000. *Introduzione alla letteratura comparata*. Milano, Bruno Mondadori.

_____. 2001 *Una storia diversa*. Roma, Meltemi.

_____. 2002. *Via della Decolonizzazione europea*. Texto ainda a ser publicado, cedido gentilmente pelo autor.

GLISSANT, E. 1998. *Poetica del diverso*. Trad. Francesca Neri. Roma, Meltemi.

LOOMBA, Ania. 2000. *Colonialismo/ postcolonialismo*. Roma, Meltemi.

SAID, Edward. 1990. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo, Companhia das Letras.